

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO**

1. Futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis para distribuição gratuita a pacientes que são assistidos pela rede municipal de saúde do município de Macaíba

**2 – JUSTIFICATIVA**

A presente aquisição tem por objetivo atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde ao atendimento de munícipes, que necessitam do fornecimento de fraldas infantis. A aquisição atenderá as necessidades de crianças, visando garantir um atendimento de qualidade e bem-estar, de modo a garantir dignidade e respeito, faz-se necessária reabertura do processo Licitatório, em virtude dos itens 07, 08, 09, 10, do Pregão Eletrônico Nº 63/2023, ter sido fracassado.

A aquisição e distribuição de fraldas infantis para a população carente do município pela Secretaria de Saúde pode ser justificada por diversas razões importantes. A seguir, apresento algumas justificativas que podem ser consideradas:

**Promoção da saúde e bem-estar infantil:** As fraldas infantis são um item essencial para garantir a higiene e o conforto das crianças. A falta de fraldas adequadas pode levar a problemas de saúde, como assaduras, infecções e desconforto, o que afeta diretamente o bem-estar das crianças.

**Apoio às famílias em situação de vulnerabilidade:** Famílias carentes muitas vezes enfrentam dificuldades financeiras para adquirir fraldas, o que pode causar estresse financeiro e emocional. A distribuição de fraldas ajuda a aliviar essa pressão financeira e a melhorar a qualidade de vida das famílias.

**Inclusão social:** garantir o acesso a fraldas infantis de qualidade é um passo importante para a inclusão social das famílias carentes. Isso permite que as crianças participem de atividades sociais, escolares e comunitárias de maneira adequada, sem constrangimentos devido a problemas de higiene.

Em resumo, a aquisição e distribuição de fraldas infantis pela Secretaria de Saúde para a população carente do município é uma medida que beneficia tanto as crianças quanto a sociedade como um todo, ao promover a saúde, o bem-estar e a inclusão social, ao mesmo tempo em que contribui para a redução de custos com saúde pública.

### 3- ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3 .A empresa CONTRATADA deve fornecer o material, em conformidade com os especificados no Anexo I ao presente Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM. "EG"; COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE; FILMES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO; FITA ADESIVA LATERAL E FRONTAL, ELÁSTICOS NAS PERNA, SEM FRAGRÂNCIA. COM GEL ABSORVENTE; DE 12 À 15 KG, NO MÍNIMO. COM BARREIRAS CONTRA VAZAMENTOS E EMBALAGEM RESISTENTE. EMBALAGEM COM 07 UNIDADES, NO MÍNIMO.	PCT	7000
02	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM. "G"; COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE; FILMES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO; FIA ADESIVA LATERAL E FRONTAL, ELÁSTICO NA SPERNAS, SEM FRAGRÂNCIA. COM GEL ABSORVENTE; DE 9 À 12,5KG NO MÍNIMO. COM BARREIRAS CONTRA VAZAMENTOS E EMBALAGEM RESISTENTE. EMBALAGEM COM 07 UNIDADES, NO MÍNIMO.	PCT	7000
03	FRALDA DESCATÁVEL INFANTIL TAM. "M"; COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE; FILMES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO; FITA ADESIVA LATERAL E FRONTAL, ELÁSTICOS NAS PERNAS, SEM FRAGRÂNCIA, COM GEL ABSORVENTE; DE 5 À 9,5 KG NO MÍNIMO. COM BARREIRAS CONTRA VAZAMENTOS E EMBALAGEM RESISTENTE. EMBALAGEM COM 07 UNIDADES, NO MÍNIMO.	PCT	2000
04	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAM. "P" COMPOSTA DE FIBRAS DE CELULOSE; FILMES DE POLIETILENO E POLIPROPILENO; FITA ADESIVA LATERAL E FRONTAL, ELÁSTICOS NAS PERNAS, SEM FRAGRÂNCIA. COM GEL ABSORVENTE: ATÉ 5 KG NO MÍNIMO. COM BARREIRAS CONTRA VAZAMENTO E EMBALAGEM RESISTENTE EMBALAGEM COM 08 UNIDADES, NO MÍNIMO.	PCT	2000

*Dave Zegher*

#### 4 – VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

4. Para esta contratação em tela se utilizará como parâmetro pesquisa mercadológica, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

#### 5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão Orçamentário	02.007 – Secretaria Municipal de Saúde
Programa	122 – Administração Geral.
Ação	2042 – Manutenção das Atividades da Rede Primária da Atenção Básica 2045- Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde
Fonte	15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde. 1600 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Sus provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
Elemento de despesas	33.90.30 – Material de Consumo

#### 6 – MÉTODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6. A Secretaria Municipal de Saúde sugere que o critério de julgamento da proposta seja por meio de processo licitatório, modalidade pregão, com fulcro na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10024/2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

#### 7 – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA

7. O fornecimento dos produtos deverá obedecer às seguintes condições:  
a) O objeto deverá ser entregue na sede da Secretaria de Saúde 10 (dez) dias contados do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE;

*Daiana Z. de Jesus* - 3

b) Deverão ser realizados adequadamente, de forma a permitir completa segurança, assim como para serem utilizados;

c) O produto deverá ser entregue no almoxarifado na Avenida Mônica Dantas, 28 - centro – Macaíba/RN; Horários: Das 08h às 15h, de segunda a sexta-feira, na Secretaria Municipal de Saúde

d) As despesas com seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega ocorrerão por conta da Contratada.

7.1 O recebimento e aceitação dos produtos seguirão as condições abaixo:

Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência;

7.2 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e a assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento;

7.3 O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das certidões previstas. É importante, ainda:

a) Observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

7.4 Constatada irregularidades no objeto contratual, o órgão solicitante poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou reincidir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.5 Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para



cumprir a determinação exarada pelo órgão solicitante.

## **8 – CONDIÇÕES DE PRAZOS PARA PAGAMENTO**

8. Meio de crédito em conta bancária do fornecedor, acompanhado da entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:

a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se da nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da secretaria solicitante, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;

a.1) Será concedido um prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de autuação (protocolização) da nota fiscal/fatura perante a unidade gestora, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste edital.;

a.2) Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por vícios na execução, erros ou incorreções, o prazo estabelecido no item a.1 passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação; e

a.3) O prazo a que se refere o item a.2, não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, conforme dispõe o parágrafo terceiro, do artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/1993.

b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, Tributos Federal, Estadual e Municipal da sede da empresa vencedora, CNDT, essenciais a liquidação, e;

c) Indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.

Parágrafo primeiro – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas no presente Termo de Referência e no Contrato.

8.1 Parágrafo segundo – Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

8.2 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, na pendência de qualquer

uma das situações a seguir especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

8.3 A falta de atestação pelo CONTRATANTE, com relação ao cumprimento pela execução dos serviços objeto deste Contrato, das notas fiscais emitidas pela CONTRATADA;

8.4 Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 5.1, com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação dos novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento:

8.5 Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurando à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados.

8.6 O CONTRATANTE pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

## **10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Ter plenas condições de entregar o objeto estabelecido em Contrato, atendendo todas as condições de habilitação, qualificação, regularidade fiscal, fornecimento do objeto e demais exigências previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

10.2 Apresentar o preço do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, seguros e demais encargos de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

10.3 Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades no material fornecido, que configurem vício e/ou defeito de qualquer natureza os quais comprometam a qualidade do produto, em prazo razoável,

*Daiva Zegler* 6

acordado com a CONTRATANTE.

10.4 Solicitar, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem de responsabilidade da CONTRATANTE.

10.5 Suportar a incidência de pena de natureza pecuniária (multas, juros e correção monetária), imposta por inobservância de qualquer obrigação contratual, desde que, comprovadamente, tenha lhe dado causa.

10.6 Manter a regularidade jurídico econômico-financeira e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato.

10.7 Cumprir fielmente todas as disposições constantes no Contrato

10.8 Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida, conforme este Termo de Referência e disposto no Contrato.

10.9 Utilizar-se das novas facilidades tecnológicas, quanto aos serviços e equipamentos utilizados.

10.10 Informar à Contratante a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

10.11 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, até o limite de vinte e cinco por cento (25%) do valor global do contrato.

10.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços contratados.

## **11 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 – A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo, observadas a ordem cronológica de pagamentos e a forma estabelecidos em Contrato.

11.2 – Fornecer os materiais médicos que serão esterilizados, propiciando a execução dos serviços prestados pela Contratada, de forma satisfatória.

*Dave Z-ent*

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.3 – A Prefeitura Municipal de Macaíba, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, terá plenos poderes para fiscalizar e acompanhar a execução das aquisições, por si ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, nas formas previstas na Lei 8.666/93 e deverá acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto.

11.4 – A CONTRATANTE designará os Fiscais do Contrato dentre os integrantes da unidade demandante dos serviços, que se responsabilizará pela fiscalização dos serviços prestados, em consonância com as especificações deste Termo de Referência. Esses fiscais serão responsáveis pelo registro, por meio de relatório, de todas as possíveis ocorrências e deficiências verificadas, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando o imediato saneamento dessas irregularidades.

11.5 – A CONTRATANTE providenciará, a sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia em atendimento ao *parágrafo único*, do art. 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.6 – Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas durante a prestação dos serviços.

11.7 – Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive, quanto à não interrupção das aquisições, observando se os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, de forma a garantir que eles continuem os mais vantajosos para a administração.

11.8 – Acompanhar e fiscalizar a execução das aquisições objeto deste Termo de Referência, bem como aplicar à licitante contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, e, ainda,

I - efetivar a satisfação do crédito contratada de acordo com as normas contratuais e com as demais disposições estabelecidas em Contrato

II - prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada, pertinente à execução dos serviços contratados;

III - efetuar o recebimento dos objetos, por meio do Gestor do Contrato – no caso, a Secretaria Municipal de Saúde –, fornecendo comprovante à contratada;

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

IV - comunicar à contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, exigindo que sejam tomadas as providências necessárias para sanar os problemas;

V - sustar/recusar o recebimento dos objetos que não estiverem em conformidade com as especificações e características do produto adquirido, objeto deste Termo de Referência;

VI - exigir, sempre que necessário, a apresentação da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejarem a contratação das aquisições;

VII - enviar à contratada, sempre que necessário, as especificações necessárias ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde;

VIII - efetuar a fiscalização e o recebimento dos objetos do contrato decorrente deste procedimento, por meio do servidor formalmente designado para funcionar como gestor contratual.

## **12 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1 – Caberá ao gestor contratual, a Secretaria Municipal de Saúde, anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução das aquisições contratadas, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

12.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser submetidas e/ou solicitadas imediatamente à autoridade superior para a adoção das medidas convenientes.

## **13 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A contratada deverá apresentar todos os produtos em conformidade com a legislação vigente, incluindo qualidade, validade e condições de embalagem.

*Deanna Zagbit*

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**14 – VIGÊNCIA DA ATA E/OU CONTRATO**

14.1 – A Ata de Registro de Registro de Preços terá vigência de 12(doze) meses, não podendo ser prorrogada ou aditivada.

14.2 – Quando o prazo final para fornecimento do produto, ou para o término da vigência contratual recair em um dia em que não haja expediente administrativo na Secretaria Municipal de Saúde, esse prazo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente seguinte. Caso seja de necessidade desta Secretaria Municipal, a mesma solicitará a consolidação do contrato, em conformidade com os art. 54 a 60 da Lei nº 8.666/93.

**15 – SANÇÕES**

15.1 – Apliquem-se as penalidades usualmente propostas para aquisição dos produtos, tais como multas diárias por atraso, correspondentes a percentual do valor do contrato.

15.2 – Nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital de Licitação e das demais penalidades legais, a CONTRATADA que:

- a) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) não retirar a ordem de serviço, quando convocada dentro do prazo de vigência do contrato;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- e) ensejar o retardamento, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- f) não mantiver a proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.3 – O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do § 3º, art. 25, do Decreto Estadual nº 20.103/07, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária.

15.4 – Para fins de aplicação de penalidades, a autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento semelhante tem a mesma eficácia jurídica que o instrumento contratual, devendo consignar quais as sanções previstas em

caso de falta na execução do contrato.

15.5 – Nos casos em que a entrega do produto que ocorrer de forma fracionada, a multa incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

15.6– Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais:

I – advertência;

II – multa:

a) de mora;

b) compensatória ou contratual;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III;

V - impedimento de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

15.7 – As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do **ITEM 15.6** podem ser aplicadas cumulativamente com as previstas no inciso II do mesmo item.

15.8 – O atraso injustificado na execução do objeto do contrato sujeita o contratado à multa de mora no percentual de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.

I - Nos casos em que a execução do objeto do contrato ocorrer de forma fracionada, a multa prevista neste artigo incide apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

II - O atraso será contabilizado em dias corridos.

III - A incidência da multa de mora é limitada a 30 (trinta) dias.

15.9 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração pode, garantida a defesa prévia, aplicar multa de:

I - 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial;

II - 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total.

15.10 – A multa pode ser aplicada conjuntamente com as demais sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do **ITEM 15.6**.

11  
*Dawna Zabeut*

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.11 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, é cobrada administrativamente deduzindo-se do valor da nota fiscal/fatura, e, não sendo suficiente, será intimado o particular contratado para que efetue o pagamento mediante depósito na conta do MPRN.

I - A multa é descontada, primeiramente, da garantia do respectivo contratado.

II - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda dessa garantia, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.12 – A aplicação das sanções previstas nos incisos I e II do **ITEM 15.6** deste Termo de Referência é de competência da Secretaria Municipal de Saúde.

I - As sanções de advertência e multa podem ser aplicadas pelo gestor do contrato, desde que haja previsão no contrato, na autorização de compra, na ordem de execução de serviço, ou no edital do procedimento licitatório.

II - O fiscal do contrato deve fazer as anotações de irregularidades e encaminhá-las ao gestor do contrato para fins de providências quanto à aplicação das sanções.

15.13 – As sanções previstas nos incisos III, IV e V do **ITEM 15.6** deste Termo são de competência da Secretaria Municipal de Saúde.

15.14 – A sanção prevista no inciso IV é de competência exclusiva da Secretaria Municipal de saúde, sendo facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.15 – O gestor do contrato pode analisar e deferir o pedido de dilação de prazo de entrega ou de execução de serviço devidamente justificado, desde que não ultrapasse o dobro do prazo inicialmente estabelecido.

15.16 – O gestor do contrato deve encaminhar os autos do procedimento administrativo para análise da Secretaria Municipal de Saúde, nos casos de requerimento de dilação de prazo de entrega ou de execução do serviço superior ao dobro do prazo inicialmente estabelecido.

15.17 – O gestor do contrato deve intimar o particular contratado para apresentação de defesa prévia, dando-lhe, para isso, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando verificado o descumprimento de obrigação contratual.

- 15.18 – O gestor deve analisar a justificativa apresentada pelo contratado em sua defesa e decidir pela aplicação ou não de penalidade.
- 15.19 – Os autos do procedimento devem ser encaminhados para análise da Secretaria Municipal de Saúde, quando o gestor acolher a justificativa da empresa e decidir pela não-aplicação de penalidade.
- 15.20 – Da aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos I, II, III e V do **ITEM 15.6** deste Termo, caberá recurso dirigido a Secretaria Municipal de Saúde e, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da intimação de aplicação da sanção.
- 15.21 – No caso das sanções aplicadas pelo gestor do contrato, o recurso será encaminhado a Secretaria Municipal de Saúde, para manifestação.
- 15.22 – Ocorrendo a inexecução de que trata o **ITEM 15.6**, reserva-se à CONTRATANTE o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a secretaria municipal de saúde para as providências cabíveis.
- 15.23 – Ocorrendo a hipótese do item anterior, a segunda adjudicatária, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.
- 15.24 – No caso de descumprimento do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, por período superior a 30 (trinta) dias, o gestor do contrato encaminhará notificação para dar ciência do contrato à(s) fazenda(s) credora(s).
- 15.25 – À Comissão Permanente de Licitação caberá efetuar o registro da aplicação das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 15.26 – As sanções administrativas dispostas neste termo não excluem as previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber.

Macaíba, 18 de Outubro de 2023.

*Laura Cristina de Carvalho Zaglout Bezerra*  
Laura Cristina de Carvalho Zaglout Bezerra  
Função: Fisioterapeuta